

Um reflexo dos tempos de pandemia na educação**A reflection of the pandemic times in education**

Geraldine Leal Martins Almeida¹
Alexandre Meneses Chagas²

Resumo: Nos dias atuais é cada vez mais notória a importância da educação midiática como política pública, continuamos percebendo essa necessidade principalmente com a pandemia da Covid-19. Dessa forma, faz-se necessário que o Estado promova ações que priorizem a capacitação dos professores, como também possibilite que as escolas tenham condições de inovar as práticas pedagógicas com as ferramentas tecnológicas. Posto isto, este artigo destaca a importância do letramento digital e da alfabetização midiática com vistas a entender a finalidade da mídia nas práticas educacionais. Enfatiza a necessidade da inclusão digital, mostrando dados de como o Brasil vem promovendo ações e projetos para a promoção da educação midiática, a qual a mesma é prevista como conteúdo obrigatório nas nossas escolas, de acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Palavras-chave: Educação Midiática; Letramento digital; Alfabetização Midiática; Inclusão Digital.

Abstract: Nowadays, the importance of media education as a public policy is increasingly evident, we continue to perceive this need mainly with the Covid-19 pandemic. Thus, it is necessary for the State to promote actions that prioritize teacher training, as well as enabling schools to be able to innovate pedagogical practices with technological tools. That said, this article highlights the importance of digital literacy and media literacy in order to understand the purpose of the media in educational practices. Emphasizes the need for digital inclusion, showing data on how Brazil has been promoting actions and projects for the promotion of media education, which is foreseen as mandatory content in our schools, according to the Common National Curricular Base (BNCC).

¹ Mestranda em Educação pela UNIT/SE; Professora da rede pública municipal de Simão Dias/SE; Bibliotecária da rede pública municipal de Lagarto. E-mail: dineleal1973@gmail.com

² Doutor em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Tiradentes – PPEP/UNIT/SE. E-mail: profamchagas@gmail.com

Recebido em 30 /03/2022

Aprovado em 16/05/2022

Sistema de Avaliação: *Double BlindReview*



Keywords: Media Education; Digital literacy; Media literacy; Digital inclusion.

1. Introdução

As atividades humanas contemporâneas estão atreladas ao avanço tecnológico, o qual vem contribuindo com a interação entre os indivíduos, principalmente o contato constante com os diversos tipos de textos. O texto midiático em conjunto com os textos impressos resulta-se nas múltiplas formas de linguagem.

As diversas formas de linguagem presente na comunicação midiática são estruturadas no sentido de fornecer vários significados, além de despertar, influenciar, e promover o desenvolvimento da capacidade intelectual.

O crescente avanço das informações, as quais são compartilhadas a todo instante vem possibilitando o desenvolvimento das diversas leituras.

Nessa nova conjuntura digital, o professor ficou a frente de um grande desafio diante da escola que foi o de buscar favorecer a construção de indivíduos aptos a interagir com os inúmeros textos apresentados pelas mídias.

É fundamental ampliar as possibilidades de compreensão de textos multimodais, identificando assim a função social, como também verificar o efeito de sentido dos referidos textos. A partir do momento que a nossa sociedade está cada vez mais evoluindo, os educadores e pesquisadores percebem a importância da cultura midiática na educação.

A dinâmica da cultura midiática se revela assim como uma dinâmica de aceleração do tráfego, das trocas e das misturas entre as múltiplas formas, estratos, tempos e espaços da cultura. Por isso mesmo, a cultura midiática é muitas vezes tomada como figura exemplar da cultura pós-moderna. (SANTAELLA, 2003, p. 59)

No contexto atual da nossa sociedade onde o aprender fazer, além de refazer, recomeçar e refletir sobre o próprio fazer, as tecnologias cada vez mais vieram a contribuir no processo de ensino-aprendizagem.

É pertinente enfatizar que com as novas concepções de leituras, as práticas da sala de aula precisaram ser inovadas a cada instante, onde para o professor foi preciso fazer uma ponte entre os estudos de letramento midiático e as tecnologias.

Não é novidade no nosso país que a maioria dos nossos alunos não praticam a leitura de livros, mas é fato que estão constantemente conectados em sites de mídia social, de acordo com:

As pessoas estão cada vez mais conectadas. A cultura, as instituições e a trajetória da sociedade caminham para um universo cada vez mais inter-relacionado. Por exemplo, estabelecem-se redes de comunicação por meio de mídias participativas, nas quais se apresentam notícias, fatos e novos meios de entretenimento em tempo real no mundo todo. Pessoas, agentes públicos e privados aparecem conectados. (CAMARGO, 2018, p. 13)

Assim, diante de todas essas metodologias ativas é que se fez primordial as mudanças nas práticas educativas, o docente teve que aprimorar a forma de estimular a leitura em sua sala de aula, ainda segundo destaca:

Pesquisas nacionais e internacionais sobre esse tema indicam que mudam as tecnologias, mas grande parte das práticas pedagógicas continuam as mesmas, e que talvez tenhamos que mudar as perguntas e investigar as pequenas mudanças que se evidenciam a partir de outros olhares e lugares. Um deles pode ser o ponto de vista e de escuta das crianças sobre suas práticas e aprendizagens em contextos formais e informais como possibilidades de perceber aspectos de mudanças profundas que podem estar acontecendo em outros lugares que temos que olhar. (FANTIN, 2016, p. 597)

De fundamental importância a inovação do processo pedagógico com a utilização dos novos recursos tecnológicos, a promoção da interação por meio da metodologia do ensino híbrido adotando uma diversidade de estratégias capazes de motivar os alunos nas suas leituras, a apresentação de atividades de leitura mais envolventes articuladas com as novas tecnologias, a busca por um melhor engajamento do aluno nas leituras dos textos multimodais, teorias dos autores Paulo Freire e Freinet abordam que é fundamental superar o modelo pedagógico tradicional, segundo enfatiza:

Atualmente reinterpretadas, essas teorias fornecem subsídios para uma pedagogia dinâmica, centrada na criatividade e na atividade discente, em uma perspectiva de construção do conhecimento, do protagonismo, do autodidatismo, da capacidade de resolução de problemas, o desenvolvimento de projetos, da autonomia e do engajamento no processo de ensino-aprendizagem por meio das metodologias de abordagem ativa. (CAMARGO, 2018, p. 09)

Dessa maneira, foi preciso que o educador fosse à busca de criar condições e estratégias em que o trabalho com os textos multimodais estivesse amplamente significativo e que o aprendizado apresentasse de uma forma extremamente dinâmico.

É necessário considerar que o aluno desde cedo tem contato com a cultura digital, mas é de se levar em consideração que a escola repensasse as formas de trabalho fazendo com que a criança aprenda a partir do seu próprio interesse e que a mesma esteja no centro de todo esse processo, embasada nessa linha de pensamento é que:

A cultura digital, a mídia-educação, as *multiliteracies* e os novos letramentos são conceitos fundamentais para alicerçar nosso olhar sobre as crianças e os jovens e suas relações com as mídias e as tecnologias, bem como para entender as culturas infanto-juvenis e suas práticas culturais mediadas ou não pelas tecnologias. Da mesma forma, é importante discutir as metodologias de pesquisa com e sobre crianças no contexto da mídia e da cultura. (FANTIN, 2016, p. 598)

Dessa forma, enfocando a necessidade de estreitar a prática e a teoria, a escola teve que inserir no contexto do dia a dia do aluno atividades curriculares que priorizem uma aprendizagem sólida com o uso das mídias e tecnologias. No contexto atual da nossa sociedade onde o aprender fazer, além de refazer, recomeçar e refletir sobre o próprio fazer, as tecnologias cada vez mais vêm a contribuir no processo de ensino-aprendizagem.

Diante da forte influência dos meios de comunicação é que percebemos a necessidade de ações e programas desenvolvidos pelo Estado, as quais garantam a capacitação de educadores e a inclusão da educação midiática no currículo. De acordo com o site G1, um levantamento feito no ano de 2020 pela UFMG e CNTE mostra que 89% dos docentes não possuíam experiência em ministrar aulas remotas antes da pandemia da Covid 19, 42% dos professores entrevistados afirmam que ainda continuam sem treinamento, assimilando tudo por conta própria, 21% afirma que tem dificuldades em lidar com as tecnologias digitais.

Com base nesse cenário, percebemos o quanto é primordial que o Estado promova atividades com vistas ao desenvolvimento da fluência digital, fazendo com que o professor e o aluno percebam a necessidade das mídias no ambiente educacional.

A educação midiática de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é prevista como conteúdo obrigatório nas escolas.

Assim, propostas de trabalho que potencializem aos estudantes o acesso a saberes sobre o mundo digital e a práticas da cultura digital devem também ser priorizadas, já que, direta ou indiretamente, impactam seu dia a dia nos vários campos de atuação social e despertam seu interesse e sua identificação com as TDIC. Sua utilização na escola não só possibilita maior apropriação técnica e crítica desses recursos, como também é determinante para uma aprendizagem significativa e autônoma pelos estudantes. (BRASIL, 2017, p.487)

Dessa forma, os diversos recursos tecnológicos devem ser voltados ao âmbito educacional no intuito de despertar, influenciar e favorecer a capacidade intelectual. Nesse contexto, a escola deve priorizar por habilitar o seu corpo docente para o uso das mídias na prática pedagógica. O principal objetivo é fortalecer a educação midiática como política pública nas redes de ensino.

É necessário que os conceitos de mídia sejam inseridos no currículo escolar, com o objetivo de possibilitar nos conteúdos curriculares a utilização das ferramentas tecnológicas. Primordial incorporar a educação midiática no processo educacional, fundamental que o universo escolar estabeleça os meios de comunicação como parte necessário processo educacional.

A escola tem todo interesse em multiplicar experiências valorizadoras. O trabalho sobre as mídias, pela diversidade que ele suscita, permite relações menos cristalizadas.[...] (GONNET, 2004, p. 89)

Arelado a isso, é fundamental que o docente, sempre esteja atuante na educação midiática, e saber utilizá-la na prática educativa é de grande relevância. Assim, o professor deve verificar a forma que os alunos estão interagindo diante de toda essa evolução, só assim poderá acompanhar os avanços tecnológicos em sala de aula. É notório que precisamos ter um corpo docente mais participativo, mais atuante no ambiente digital, para que assim o mesmo se torne um multiplicador da competência midiática.

É um grande desafio promover aprendizagens mediadas pelas tecnologias em razão das distintas realidades escolares. Neste artigo, trabalhamos com a hipótese de que foi preciso fazer uso das mídias e das plataformas digitais, no intuito de enfatizar que a presença das tecnologias possibilita até hoje um avanço no processo educacional.

Por que não desenvolver a educação midiática como um fator de inclusão para os docentes e discentes, no intuito de avaliar o uso de mídias na aprendizagem?

É necessário compreender o letramento digital e a alfabetização midiática como uma das ações primordiais no âmbito educacional.

2. A missão do docente no processo de letramento digital e da alfabetização midiática

É necessário olhar para a formação do professor, que deve estar engajado nas mudanças sociais. Assim, a formação docente deve ser uma preocupação constante do Estado.

O cenário educacional tornou-se complexo em relação direta com a profundidade e a velocidade das mudanças na sociedade atual, como as modificações na configuração das famílias e seu papel na educação dos filhos; a emergência de novos agentes educadores cujos valores nem sempre são coincidentes com os que se desenvolvem na escola; o impacto das TIC na produção e circulação do conhecimento; a debilitação da “cultura letrada” e os novos códigos de comunicação construídos por crianças e jovens. Tudo isso, sem esquecer que os contextos nos quais trabalha a maioria dos professores são afetados pela pobreza, desemprego, migração forçada e o trabalho infantil. Os docentes devem trabalhar em novos cenários, para os quais não foram nem estão sendo suficientemente preparados. (BRASIL, 2008, p. 59)

Entendemos que o professor deve estar preparado para as transformações que ocorrem no ambiente educacional. É primordial que os docentes estejam aptos a entender quais são as linguagens digitais e os gêneros discursivos utilizados pelos alunos, para que assim possam de forma construtiva integrar no cotidiano escolar. É fato de que carecemos de professores e alunos, os quais sejam letrados digitais.

Desse modo, faz-se necessário promover e acompanhar todas as transformações do nosso meio social. A nossa educação precisa acompanhar os avanços tecnológicos e o modo como as pessoas estão interagindo diante de toda essa evolução, principalmente no campo educacional. Podemos perceber que a cultura digital desafia os docentes e exige novas práticas alfabetizadoras. A partir do momento em que compartilhamos os conhecimentos, que desenvolvemos trabalhos e promovemos a interação no ambiente online estamos contribuindo para o desenvolvimento da cultura participativa. Diante disso é fundamental entender o que é alfabetização e letramento digital.

Vivenciamos a transformação de ambientes reais em virtuais, que modificaram as preferências do público, antes espectador passivo, para criador ativo, da TV pela internet, trazendo necessidades implícitas e urgentes de preparação para o uso dessas tecnologias. Esses “saberes”

necessários são o que passamos a chamar de alfabetização e letramento digital. (SBROGIO, 2020, p. 18)

Assim percebemos o quanto é necessário que a alfabetização e letramento digital sejam entendidos e passem a fazer parte essencialmente das práticas pedagógicas.

O nosso aluno faz parte de uma era tecnológica, o qual está constantemente utilizando os recursos digitais, seja na escola ou em casa. Os educadores necessitam cada vez mais do letramento digital, justificando assim a utilização das mídias digitais como uma aliada na melhoria do processo educacional. A junção do processo educativo e da tecnologia deve ser uma das ações das políticas públicas, com vistas a propiciar um ensino voltado ao desenvolvimento de habilidades e competências no universo digital.

Diante dessa realidade, é primordial termos um comportamento ativo do Estado, no intuito de que o mesmo inclua como direito social uma melhor condição do acesso das ferramentas tecnológicas nas nossas escolas, como também a qualificação dos docentes. Como resguarda a Constituição Federal de 1988.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2016, p. 123)

Consequentemente, qualificar o docente, no intuito de melhorar o ensino, deve ser uma das metas do Estado. É necessário que o educador promova o uso ético da tecnologia, conscientize o seu corpo discente sobre o uso da mesma, contribuindo assim para a construção do conhecimento e uma educação de qualidade.

A alfabetização midiática proporciona ao professor e aluno um conjunto de habilidades para criticar, averiguar, interpretar e explorar as diversas informações apresentadas diante dos diversos textos digitais.

É primordial que a escola beneficie políticas e procedimentos que abordem a alfabetização midiática informacional.

Em um mundo em constante mudança, a educação escolar tem de ser mais do que uma mera assimilação certificada de saberes, muito mais do que preparar consumidores ou treinar pessoas para a utilização das tecnologias de informação e comunicação. A escola precisa assumir o papel de formar cidadãos para a complexidade do mundo e dos desafios que ele propõe. Preparar cidadãos conscientes, para analisar criticamente o excesso de

informações e a mudança, a fim de lidar com as inovações e as transformações sucessivas dos conhecimentos em todas as áreas. (KENSKI, 2012, p.64)

Desta maneira o Estado precisa cada vez mais contribuir com o ambiente educacional, fazendo com que a escola melhore a qualidade da aprendizagem dos alunos, além de possibilitar que os professores sejam envolvidos no mundo digital e sempre motivados a ampliar a sua formação.

Desde que as tecnologias de comunicação e informação começaram a se expandir pela sociedade, aconteceram muitas mudanças nas maneiras de ensinar e aprender. Independentemente do uso mais ou menos intensivo de equipamentos midiáticos nas salas de aula, professores e alunos têm contato durante todo o dia com as mais diversas mídias. [...] (KENSKI, 2012, p.05)

É fundamental entender que os elementos tecnológicos favorecem na linguagem, na formação cultural e na aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, no seu Art. 3º, assegura que o ensino deve ser prestado com base na garantia de padrão de qualidade. (LDB, art. 3º, IX). Sendo assim, é relevante aliar a educação e a tecnologia uma vez que a partir do momento que expandirmos a utilização das tecnologias educacionais estaremos melhorando a qualidade do ensino e da aprendizagem.

3. Inclusão digital

É primordial fazer uso de novas tecnologias para melhorar a qualidade do ensino. Utilizar notebooks, tablets, celulares, como ferramentas pedagógicas é fomentar práticas de ensino inovadoras.

A ideia de aproveitar as mídias e tecnologias no ambiente educacional não é nova e deve ser de fato, empregada, pois, nos documentos oficiais, mais precisamente na Base Nacional Comum Curricular - BNCC já cita uso das novas mídias e tecnologias digitais na educação.

Para a BNCC um dos pilares da educação contemporânea é acultura digital, como destaca a competência geral 5:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas

práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.” (BRASIL, 2019, p.13)

Democratizar o acesso às tecnologias, utilizar às ferramentas digitais, ter a garantia do acesso a informação e a comunicação é a inclusão digital. O avanço tecnológico vem cada vez mais atingindo altas proporções na sociedade. Embora, infelizmente, não são todas as pessoas que têm acesso.

O Brasil, ao longo dos anos, tem investido em projetos que visa ampliar o acesso ao mundo digital. Tivemos no ano de 2005, um projeto do Governo Federal, intitulado “Computador para Todos” que tinha o objetivo de democratizar o acesso as mídias digitais, com a missão de ampliar a utilização da internet.

Nesse contexto, o meio educacional é fundamental para garantir a inclusão digital fazendo com que todo o seu corpo docente e discente utilize as tecnologias da informação e da comunicação.

No nosso país temos ainda o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), o qual visa incentivar e fornecer o suporte necessário para a utilização pedagógica dos recursos tecnológicos nas escolas públicas da educação básica.

No entanto, de acordo com os dados divulgados no dia 29/02/2020, pelo PNAD Contínua IBGE, 45,9 milhões de pessoas não tinha acesso à Internet no Brasil. Indica ainda que 14,9 milhões de residências continuam sem acesso à Internet. Um dos motivos que o IBGE apurou em relação à falta desse acesso é a falta de conhecimento das pessoas em ainda não saber utilizar os meios digitais.

Reforçando essa questão, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) divulgou dados em maio de 2020, que 4,8 milhões de crianças e adolescentes, na faixa de 9 a 17 anos, no Brasil, ainda não têm internet em sua moradia.

Tivemos nessa fase da pandemia da Covid-19, a qual ainda estamos vivenciando, alunos que não conseguem acompanhar o conteúdo programático escolar por não terem computadores e nem acesso a internet, principalmente alunos que residem em zona rural.

Compreendemos que o rendimento escolar não foi satisfatório uma vez que a falta de acesso à internet em casa e de recursos tecnológicos na escola dificultou o processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, é um desafio para o Brasil intensificar a inclusão digital, fazendo com que toda a sociedade tenha acesso às diversas ferramentas digitais.

4. Conclusão

Cada vez mais se faz necessário ter como uma das ações das políticas públicas a educação midiática. Priorizar a formação do educador é uma missão fundamental do Estado, além de promover projetos que viabilizem a inclusão digital.

A educação midiática proporciona uma nova forma de pensar, de analisar, de avaliar, de trabalhar a percepção que o aluno possa ter em relação ao mundo que vive como também capacita a ter um entendimento crítico de todas as informações que tem acesso.

É fundamental que o docente esteja apto a desenvolver uma prática pedagógica voltada para a alfabetização e o letramento midiático, com a finalidade de capacitar os discentes no intuito de que os mesmos adquiram competências midiáticas. O letramento digital e a alfabetização midiática devem ser práticas adotadas no processo pedagógico, com vistas a promover aprendizagens significativas.

Notamos que o Brasil precisa promover mais projetos de inclusão digital, percebemos isso nos dados coletados em pesquisas realizadas e principalmente na dificuldade que vários alunos, professores e escolas tiveram e ainda tem no desenvolvimento das aulas remotas durante esse período de pandemia da Covid-19.

Portanto, este artigo se faz relevante, pois é necessário destacar a importância do Estado em promover um amplo acesso ao mundo digital, principalmente proporcionar uma educação midiática nas escolas.

5. Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____. **Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos**. 2. Ed. – Brasília: UNESCO, OREALC, 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/559748/lei_de_diretrizes_e_bases_3ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y

_____. MEC. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, 2019.

BUCKINGHAM, David. **Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37- 58, set./dez., 2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade

DOURADO, Luiz Fernandes. AGUIAR. Márcia Ângela da S. BNCC e formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 33-37, jan./mai. 2019.

GONNET, Jacques. **Educação e Mídias**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

Inclusão digital não existe para 4,8 milhões de estudantes no Brasil. Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/inclusao-digital-nao-existe-para-48-milhoes-de-estudantes-no-brasil>. Acesso em 20 de Dezembro de 2020.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Editora Papirus. 2012.

Quase 90% dos professores não tinham experiência com aulas remotas antes da pandemia; 42% seguem sem treinamento, aponta pesquisa. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/08/quase-90percent-dos-professores-nao-tinham-experiencia-com-aulas-remotas-antes-da-pandemia-42percent-seguem-sem-treinamento-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em 20 de Dezembro de 2020.

SBROGIO, Renata de Oliveira. **Letramento digital é massa**. Curitiba: Appris, 2020.

UNICEF: 4,8 milhões de crianças não têm acesso à internet no Brasil. Disponível em <https://noticias.r7.com/educacao/unicef-48-milhoes-de-criancas-nao-tem-acesso-a-internet-no-brasil-14052020>. Acesso em 20 de Dezembro de 2020.